

À

Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CIGSS/GAB/SESGO

Ref.: Pedido de Esclarecimentos ao Instrumento de Chamamento Público Nº 10/2024-SES/GO - Processo: 202400010038080, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na unidade Policlínica Estadual da Região do Entorno – Formosa, localizada na Avenida Oeste- Quadras 04, 05 e 09 – Jardim Oliveira - Formosa - GO. O presente Chamamento Público e a parceria dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei complementar nº 141/12, Lei estadual nº 22.511/2023 e Decreto estadual nº 10.356/2023.

IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.324.171/0001-02, com sede em São Paulo, na Rua Itapeva, nº 202 Conj 33, Município de São Paulo, Capital, CEP.: 01332-000, neste ato representado por seu procurador, SR. ANDRE FONSECA LEME (documento anexo), brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.737.340-1 SSP-SP e do CPF/MF nº 275.226.198-58, com escritório profissional na Avenida Paulista, nº 1009, Conj. 601 Andar 6, Bela Vista, São Paulo-SP, CEP.: 01.311-100, e-mail: andre.leme@lemelaw.com.br, telefone: (11) 3141-1128, vem à presença de V. Sas. apresentar PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS ao Instrumento de Chamamento Público Nº 10/2024-SES/GO - Processo: 202400010038080 sob referência (cf. item “11.1”), conforme a seguir especificado:

Item	Pedido de Esclarecimentos
4.1.	Página 02: As OSS de saúde, que não sejam qualificadas pelo Estado de Goiás, estão autorizadas a participar mesmo sem estarem qualificadas pelo Estado de Goiás?
4.1.	Página 02: A publicação da qualificação como OSS pelo Estado de Goiás é documento obrigatório de apresentação no envelope de qualificação ?
7.3.	Página 05: O rito do chamamento foi alterado para inversão de fases, ou seja, só será aberta a documentação de habilitação da proposta técnica escolhida ? os proponentes terão acesso a avaliação da proposta técnica melhor pontuada ?
8.8.	Página 06: Se existe um critério de pontuação que estabelece o peso para proposta financeira, como se daria uma justificativa para seleção da proposta mais adequada ao valor de referência ? os itens estão ambíguos.
17.15.	Página 13: Como fazer com a exigência do item da manutenção eterna do corpo técnico dos membros cujas capacitações técnicas tiverem sido juntadas ao processo ? Não existe a possibilidade de obrigar uma pessoa a manter uma relação de trabalho caso a mesma não queira. /também não está correto obrigar a OSS a manter um membro que por exemplo não performe nas atividades. A obrigação desse item é nula, dada impossibilidade jurídica dessa exigência, devendo a mesma ser excluída do certame.
17.16.1.	Página 13: Estabelece um rito para realização de processos de contratação pela proponente, porém as proponentes tem regulamento e compras próprios aprovados pela CGE. O que prevalece nesse caso ? o regulamento ou o item do chamamento ?
31.2.2.	Página 30: Como fica a questão das perdas primárias do primeiro atendimento que é 100% regulado pelo Estado ? Uma vez sendo responsabilidade exclusiva do Estado regular pacientes para o atendimento nas Polis especialmente os primeiros atendimentos, o não atingimento das metas por essa razão será glosado do contratado como costumeiramente tem sido feito pela Comag, não obstante as defesas apresentadas ?
31.2.4.2.	Página 32: Quadro 4 - É sabido pela SES, através de ofícios de relatórios de transição que alguns equipamentos encontram-se quebrados na unidade ou não foram entregues. O não atingimento das metas por essa razão será glosado do contratado ?
32.2.	Página 34: Está proibido pelo SES a realização de consultas por telemedicina. Isso já foi objeto inclusive de ofício solicitando autorização. Nesse sentido, pergunta-se se nem o simples procedimento de telemedicina difundido em todo Brasil está autorizado, como se dará um serviço de telessaúde exigido no edital ?

38.1.5.	Página 48: O edital diz que sempre que for necessário o parceiro público solicitará modificações com relação as especialidades ofertadas. Porém isso muda o Edital de chamamento e contrato, muda inclusive precificação pois o valor da prestação de serviços dos médicos especialistas muda também. Dessa forma isso só pode se feito por aditivo discutido entre as partes. Como será feita eventual alteração?
38.1.7.	Página 49: Está proibido pelo SES a realização de consultas por telemedicina. Isso já foi objeto inclusive de ofício solicitando autorização. Nesse sentido, pergunta-se se nem o simples procedimento de telemedicina difundido em todo Brasil está autorizado, como se dará um serviço de interconsulta exigido no edital ?
38.11.2.	Página 53: Quadro 15 - E no caso da obrigação da realização de treinamentos para dialise peritoneal ? A SES já fez o contrato com a Baxter para fornecimento direto aos pacientes dos kits para tratamento em casa? Caso não tenha feito, o não atingimento das metas por essa razão será glosado do contratado ?
38.12.1.	Página 53: Qual critério para exigência de duas vans ? o parceiro privado não tem autonomia para definir quantas vans o serviço precisa ? porque não existe essa exigência por exemplo de quantitativo de ambulâncias ? ou de pessoas ? ou de médicos ?

CNPJ: 19.324.171/0001-02

Representante: André Fonseca Leme

Endereço: Rua Itapeva, nº 202, conjunto 33, Bairro Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01.332-000

Telefone: (11) 3141-1128 / (11)3289-3348

E-mail: andre.leme@lemelaw.com.br / equipe.imed@lemelaw.com.br

São Paulo/SP, 1º de outubro de 2024

**ANDRE
FONSECA LEME**

Assinado de forma digital
por ANDRE FONSECA LEME
Dados: 2024.10.01 16:43:28
+03'00'

IMED - Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento
CNPJ: 19.324.171/0001-02